

Dante Lucchesi (Salvador/Bahia)

Século XVIII: o século da lusofonização do Brasil

1. Introdução

Quando as primeiras minas de ouro foram descobertas nos sertões das *Minas Geraes*, entre 1693 e 1695, a implantação da língua portuguesa no Brasil ainda era relativamente precária e refletia o traçado da própria colonização portuguesa na época, que configurava, no território brasileiro, uma espécie de arquipélago com ilhas relativamente isoladas umas das outras. Concentrada nos dois grandes centros dinâmicos da economia colonial — as Províncias da Bahia e de Pernambuco —, a língua portuguesa enfrentava uma forte rivalidade da língua chamada *geral*, que em matizes diferentes predominava nas Províncias de São Paulo e do Maranhão, as quais ocupavam uma posição marginal dentro do projeto colonial da época. Além disso, o caráter de *plantation*, que marcava a estrutura sócio-econômica da Bahia e de Pernambuco, favorecia a emergência de variedades pidginizadas e crioulistadas do português, além do uso de línguas gerais africanas, entre os escravos que formavam o grosso da mão-de-obra do empreendimento agro-exportador.

Porém, ao final do século XVIII, quando as minas se exauriam e o ciclo do ouro chegava ao seu fim, o panorama lingüístico da Colônia já é outro. O uso da língua geral na região de São Paulo terá regredido significativamente. Além disso, a língua portuguesa terá se espalhado pelo interior do país, através da expansão da atividade pecuária e do transporte de alimentos e mercadorias, que garantiu sustento ao empreendimento minerador. Por outro lado, a situação diferenciada do escravo na estrutura extrativa da mineração, diferentemente da situação da escravaria na estrutura da *plantation*, facilitará a integração deste no universo sociolingüístico da língua portuguesa, fazendo do negro, como bem salientou Darcy Ribeiro (1997), um importante agente da europeização lingüística do Brasil.

Mas, pode-se pensar que os dois principais componentes da lusofonização do Brasil no século XVIII teriam sido, por um lado, a maciça imigração portuguesa para o Brasil ocorrida no período e, por outro lado, o surto de urbanização da sociedade colonial brasileira financia-

do por uma pequena parte da fabulosa riqueza extraída do sub-solo das terras brasileiras.

A visão que apresentamos aqui dessa lusofonização do Brasil ocorrida no século XVIII resgata a visão de Gladstone Chaves de Melo (1946), segundo a qual a implantação da língua portuguesa no Brasil teria se dado através de vagas lusofonizantes, que se imporiam sobre as variedades lingüísticas autóctones e sobre as variedades crioulizadas geradas no contato do português com as línguas africanas. Desse modo, pode-se situar no século XVIII, essa primeira vaga lusofonizante do Brasil. A segunda vaga teria ocorrido, no início do século XIX, com a vinda da Família Real portuguesa. E a terceira vaga — ao meu ver, a definitiva — ocorreria com o violento processo de industrialização e urbanização do Brasil ocorrido ao longo do século XX.

Buscaremos apresentar aqui dados sócio-econômicos e demográficos que compõem o cenário propício à difusão da língua portuguesa no Brasil no século XVIII, bem como os testemunhos históricos que fortalecem esta hipótese. Não pretendemos, contudo, sugerir um quadro final de homogeneidade lingüística, pois deve ficar claro que se trata apenas de uma primeira onda de lusofonização, que se espalha por um terreno bastante matizado, onde se mantêm, para além da língua geral amazônica na Província do Grão-Pará, o uso de línguas francas africanas, mesmo nas cidades mineiras; uso este que se teria perpetuado até os nossos dias, como se pode observar no uso de «línguas secretas» em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como a de Cafundó, em São Paulo (Vogt / Fry 1982; 1983; 1985), e de Tabatinga, em Minas Gerais (Queiroz 1984).

A vaga de lusofonização ocorrida no século XVIII altera, portanto, o cenário lingüístico do Brasil Colônia, fazendo da expansão da língua portuguesa um reflexo das luzes do movimento civilizatório do Iluminismo, que em Portugal se associou ao despotismo esclarecido. Porém, há de se ter em conta que o novo cenário que se cria é ele também heterogêneo e plural, menos racional e límpido do que aspirava o pensamento, e mais irracional e sombrio, como o era a realidade da Colônia. E nesse cenário heterogêneo, há de se destacar a rivalidade entre a língua portuguesa com as línguas gerais, complexo de variedades lingüísticas geradas pelo uso do tupi na sociedade mameluca de São Paulo e do tupinambá, no Maranhão e no interior da região amazônica, posteriormente; sendo estas suplantadas por aquela na medida

em que as luzes do progresso econômico da Metrópole iam iluminando as sombras virginais da Colônia.

2. A expansão da língua portuguesa e o uso das línguas gerais

Quando os portugueses começaram a se fixar na costa do Brasil, no século XVI, entraram em contato com povos indígenas pertencentes a uma mesma família lingüística e que falavam duas línguas bastante aparentadas, o *tupi*, na região que corresponde hoje ao Estado de São Paulo, e o *tupinambá*, falado por povos que se espalhavam por praticamente todo o restante da costa brasileira, desde o litoral do atual Estado do Rio de Janeiro até a foz do Rio Amazonas. A relação que os portugueses mantiveram com esses povos compreende basicamente duas situações. Nas regiões centrais do empreendimento colonial, sobretudo na Bahia e em Pernambuco, procederam à eliminação física ou à expulsão desses grupos autóctones. Na região de São Paulo, a colonização foi feita por meio do acasalamento dos colonizadores portugueses com as mulheres indígenas; situação que se reproduziu de forma semelhante na região do atual Estado do Maranhão, a partir do século XVII, com a expulsão dos franceses em 1615 (Rodrigues 1996; 2000). Resultam daí dois cenários etno- e sociolingüísticos bastante distintos.

O primeiro núcleo de povoação portuguesa estabelecido na costa brasileira foi a vila de São Vicente, fundada no litoral de São Paulo, em 1532, por Martim Afonso de Souza. Os contingentes de colonizadores que afluíram para São Paulo eram constituídos praticamente só por homens, que passaram a se acasalar com as mulheres indígenas, aproveitando-se de uma característica cultural desses povos de assimilar novos indivíduos e/ou estabelecer relações amistosas através da

incorporação de estranhos na qualidade de genros e cunhados, de modo que, onde e enquanto puderam estabelecer-se relações pacíficas, os portugueses procriaram com mulheres indígenas, tendo filhos mestiços, os então chamados *mamelucos*

como observou Aryon Rodrigues (no prelo), que daí chega à seguinte conclusão:

Como, em geral, para cada filho de português com mulher *tupi* não havia outros parentes portugueses, mas somente os parentes indígenas da família da mãe, os mamelucos se tornaram falantes da língua materna, a língua dos *tupi*. Logo, porém, esses mamelucos passaram a seguir as atividades de seus pais, distanciando-se social e culturalmente das sociedades

índigenas de que provinham suas mães. Como a entrada de novos contingentes de portugueses em São Vicente foi diminuta em consequência não só da maior distância em relação ao centro administrativo da Colônia, que ficou sendo a Bahia, mas também da fraca economia daquela capitania, prevaleceu entre os mamelucos e seus descendentes a língua *tupi*, que era a única da maioria deles.

Esse *tupi* falado pelos mamelucos em graus distintos de diferenciação se tornaria, então, a língua veicular na periférica Capitania de São Vicente, que tinha como principal atividade econômica a escravidão dos povos indígenas, levada a cabo por grandes expedições denominadas *Bandeiras*, que adentravam o interior dos atuais Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Esse movimento teria difundido o uso da *língua geral paulista* por toda essa região, mesmo por tribos indígenas que falavam outras línguas.

O largo predomínio da língua geral em São Paulo perdurou até pelo menos o final do século XVII, como se pode inferir do seguinte testemunho histórico do padre Antônio Vieira, em 1694:

As famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola (Silva Neto 1951: 55).

Situação bastante distinta foi a que se verificou na interação entre os portugueses e os tupinambás em Pernambuco e na Bahia. Nos séculos XVI e XVII, nos grandes centros econômicos do empreendimento colonial, onde mais se desenvolveu a cultura agro-exportadora da cana-de-açúcar, a relação com os povos indígenas foi a da mais violenta beligerância, resultando na expulsão ou mesmo eliminação física destes nessas regiões (Rodrigues 1996: 11-12).

Assim, haveria uma nítida fronteira sociolinguística no Brasil Colonial. Enquanto o português se implantava pela ação dos colonos portugueses e seus escravos africanos na região do litoral que vai do Rio de Janeiro até Pernambuco, na região de São Paulo, interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, teria predominado o uso de uma língua geral de base *tupi* falada pela maioria de sua população *mameluca*; e na região do Maranhão e Amazônia, falar-se-ia majoritariamente uma língua geral de base *tupinambá* num contexto sociolinguístico semelhante ao de São Paulo.

Essa diferenciação sociolinguística pode suscitar duas inferências. Em primeiro lugar, confirma o panorama sócio-cultural e linguístico do Brasil colonial até o início do século XVIII como um arquipélago

formado por ilhas relativamente isoladas entre si. Por outro lado, situa o uso da língua geral nos territórios da Colônia marcados pela pobreza e pelo atraso econômico em relação ao centro do empreendimento colonial. Esse atraso econômico da região de São Paulo está associado à ausência de estruturas administrativas, de espaços institucionais; em suma, do chamado processo civilizatório ocidental. Há vários testemunhos históricos que registram levantes ou insubordinações dos colonos mamelucos paulistas em relação às políticas institucionais da Metrópole, tornando o território dos bandeirantes um espaço de sombras e de irracionalidade.

Contudo, já em meados do século XVIII, o uso da língua geral na região de São Paulo teria refluído significativamente, de modo que, em 1751, «o padre Manuel da Fonseca falava do usos do Tupi como coisa remota, pois afirmava que «naqueles tempos [do padre Belchior que evangelizou de 1644 a 1719] era comum a toda Comarca»» (Silva Neto 1951: 58).

Uma primeira questão que portanto se coloca é a de explicar esse declínio da língua geral em favor do uso da língua portuguesa (em sua diversas variedades, mais ou menos mestiças, com se verá). Alguns têm enfatizado o aspecto político da ascensão do Marquês de Pombal e da expulsão dos jesuítas e do decreto que proíbe o uso da língua geral, ocorridos na década de 1750. Mas há que se ressaltar que o famoso decreto está direcionado para a região do Maranhão e do chamado Grão-Pará e a sua ineficácia se comprova com o fato de uso da língua geral amazônica ter se estendido nos rincões da floresta até o século XX. Na época do decreto, o uso da língua geral no centro sul do país já seria obsoleto, de acordo com o testemunho acima citado. Nesse sentido, o declínio da língua geral e o processo de lusofonização do território brasileiro deve ser mais apropriadamente correlacionado ao desenvolvimento econômico e aos seus reflexos civilizatórios.

O uso da língua geral paulista fica, então, circunscrito ao território das sombras de uma sociedade bastarda e mestiça, que vivia da sanha da escravização de populações indígenas, ao largo do circuito econômico do centro colonial em que se conjugavam a produção agro-industrial do açúcar com o mercado altamente rentável do tráfico negroiro.

É no progresso econômico gerado pelo ciclo do ouro nas *Minas Geraes* e nos seus reflexos sócio-culturais que se deve buscar a razão para o avanço da língua portuguesa sobre a língua geral paulista. A

possibilidade de enriquecimento rápido atraiu centenas de milhares de luso-falantes de todas as áreas de Portugal. O controle da riqueza impôs o estabelecimento de órgãos da administração colonial. E o resultado de todo esse processo foi o primeiro surto de urbanização colonial e de desenvolvimento de uma cultura letrada na Colônia.

Os aspectos sócio-econômicos do desenvolvimento da atividade mineradora no Brasil ao longo do Século das Luzes definem os parâmetros da lusofonização do território brasileiro no período. Mas, não se deve esquecer que, se as luzes no Brasil se intensificaram no reflexo reluzente do ouro, essas mesmas luzes provenientes da civilização ocidental vieram maculadas e obscurecidas pela negritude da escravidão africana. Desse modo, na medida em que se promovia o desenvolvimento sócio-econômicos do Brasil, o uso da língua geral, em suas diversas variedades, era empurrado para as regiões mais periféricas e isoladas. No centro dos grandes movimentos de modernização do país, até os princípios do século XIX, o papel principal na constituição dos cenários lingüísticos brasileiros estará reservado para o contato do português com as línguas africanas.

3. A emergência do ciclo do ouro e o povoamento do Brasil

Na segunda metade do século XVII, Portugal viveu um período de grave recessão econômica. As despesas com as lutas da Restauração política, que encerrou o domínio espanhol, combinaram-se tanto com a crise no comércio do açúcar, que enfrentava agora a concorrência da produção holandesa nas Antilhas, quanto com a perda do Império do Oriente, baseado no comércio das especiarias, já que nesta altura «holandeses e ingleses dominavam a maior parte das praças das Índias e do sudeste asiático» (Silva 1990: 79). No Brasil, os reflexos dessa crise também se faziam sentir pesadamente. Mas essa situação viria a se alterar sobremaneira a partir dos últimos anos do século XVII, quando as primeiras minas de ouro foram descobertas, quase simultaneamente, em vários pontos do território que pertence hoje ao Estado de Minas Gerais. A partir daí, a produção aurífera no Brasil cresceu rapidamente, passando de 725 quilogramas, no ano de 1699, a vinte e cinco toneladas no ano de 1725 (Silva 1990: 87). Quase na mesma época, nos entornos do primitivo arraial de Tijuco, foram descobertas ricas jazidas de diamantes, que viriam a promover o desenvolvimento da cidade de Diamantina, também no interior de Minas Gerais. A ri-

queza auferida no chamado ciclo do ouro no Brasil foi de tal monta que não apenas transformou Portugal em um dos grandes centros comerciais da Europa, como também se constituiu em um dos elementos impulsionadores da industrialização européia, sobretudo da Inglaterra que controlava o comércio de produtos em Portugal.

Todo o processo de desenvolvimento sócio-econômico que forma o chamado ciclo econômico do ouro, que se estende ao longo do século XVIII, constitui o cenário em que ocorrerá a primeira grande onda de lusofonização do território brasileiro. Nesse sentido, os parâmetros desse processo sócio-econômico, que devem ser destacados por suas implicações para a história sociolingüística do Brasil, são: em primeiro lugar, o grande crescimento da população colonial no período e a participação nesse processo de enormes contingentes de mão-de-obra escrava trazidos da África para movimentar todo o empreendimento minerador. Associado a esse primeiro aspecto estão o primeiro grande surto de urbanização do Brasil e o crescimento da cultura letrada na Colônia. Por fim, deve-se destacar o considerável crescimento da área ocupada, bem como uma maior integração dessa ocupação do território brasileiro, em função da expansão da pecuária e do transporte de alimentos, constituindo-se uma rede de abastecimento da região das *Minas Geraes* que se estendia do nordeste brasileiro até o sul do país, incluindo o planalto paulista. Nesse sentido, deve-se ter em conta também os movimentos internos de migração, principalmente de senhores e escravos do nordeste para a região das minas, o que também contribuiu para o processo de homogeneização diatópica dos diversos falares brasileiros.

O impacto do ciclo do ouro para a economia colonial pode ser medido pelo fantástico crescimento da população brasileira no período. Em 1700, a população do Brasil rondava a cifra de trezentos mil indivíduos, sendo que os brancos deveriam ser no máximo cem mil, enquanto que os negros deveriam chegar a cento e setenta mil; sendo os demais trinta mil índios aculturados (Mussa 1991). Um século depois, num censo extra-oficial de 1798, encontramos o seguinte quadro (Azevedo 1975: 14-15):

Grupo étnico	Nº de hab.
Brancos	1.010.000
Mestiços livres	406.000
Mestiços escravos	221.000
Negros escravos	1.361.000
Índios	250.000
Total	3.248.000

Como se pode ver, a população do Brasil aumentou em quase onze vezes durante o período. Em termos relativos, é no século XVIII que se verifica o maior crescimento da população em toda a história do Brasil; bem superior ao verificado no século anterior quando a população apenas triplicou; e ainda bem maior que o crescimento de aproximadamente cinco vezes verificado no período de 1800 a 1900. Só no século XX, será encontrado um crescimento proporcionalmente semelhante, quando a população brasileira passa de cerca de dezessete milhões em 1900, para aproximadamente 170 milhões de indivíduos contabilizados no censo de 2000 do IBGE.¹

A imigração portuguesa irá contribuir significativamente para esse expressivo crescimento demográfico. As estimativas não são precisas, enquanto Celso Furtado fala em 300 mil portugueses que teriam vindo para o Brasil entre 1700 e 1800 (Hasenbalg 1979), Carreira (1981) faz referência a um número, certamente exagerado, de 800 mil indivíduos. Qualquer que seja porém o número, deve-se registrar que as dimensões da imigração portuguesa despertada pela *febre do ouro* foi de tal monta que, em 1732, o Conselho Ultramarino de Portugal, que já havia lançado um decreto limitando drasticamente a imigração para o Brasil, em 1720, permitindo-a tão somente com o porte de um passaporte especial fornecido pelo governo, expressava a sua profunda preocupação nos seguintes termos:

A fama dessas riquezas convida os vassallos do reino a se passarem para o Brasil e procurá-las e, ainda que por uma lei se quis dar providência a essa deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela, e passam para aquele Estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem ou ocultamente negociando o transporte com os mandantes dos navios ou seus oficiais, assim nos de guerra, como nos mercantes, ou com fraudes que fazem à lei, procurando passaportes com pretextos e carregações falsas. Por esse modo se despovoará o reino e em poucos

1 Fonte <<http://www1.ibge.gov.br>>.

anos virá ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino. (Ribeiro 1967: 238-239).

Esses vassallos brancos que acorriam ao Brasil em busca do enriquecimento rápido pertenciam aos mais variados estratos sociais, como o registrou, em 1711, o Jesuíta Antonil (1955: 185-186):

Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses e estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

Do ponto de vista sociolinguístico, pode-se tirar desse cenário as seguintes inferências: em primeiro lugar, tal diversidade sócio-cultural deve ter desencadeado o processo definido por Serafim da Silva Neto (1957) como *nivelamento lingüístico*, através do qual são eliminadas as particularidades regionais. Esse português assim nivelado teria se constituído no modelo para os chamados *aloglotas*, sobretudo os escravos africanos e seus descendentes. Deve-se observar aí que o acesso dos segmentos aloglotas ao modelo da língua-alvo, o português, teria crescido com o aumento de falantes nativos portugueses e seus descendentes, inibindo eventuais processo de pidginização e/ou criouliização, fortalecendo o uso de variedades do português mesmo que alteradas em função da aquisição imperfeita por parte dos africanos, assim como dos índios e seus descendentes.

Por outro lado, esses contingentes de portugueses e seus escravos iriam progressivamente desalojando os contingentes de paulistas e mamelucos, falantes da língua geral. Dessa disputa entre portugueses e paulistas pelo controle da região das minas, que haviam sido descobertas pelos últimos, iria resultar um violento conflito que entrou para a história com o nome de *Revolta dos Emboabas*, termo tupi que significava «forasteiro» e através do qual os paulistas se referiam aos portugueses. Após violentos conflitos, os portugueses sobrepujaram os paulistas, que se deslocaram para o centro-oeste do Brasil, liderando o processo de descoberta de novas jazidas em Mato Grosso e em Goiás. A essa exclusão dos paulistas e dos índios que os serviam deve, portanto, ser tributado o avanço da língua portuguesa no centro-sul do país sobre a língua geral de base tupi.

Além disso, a expansão da língua portuguesa no território brasileiro, no bojo da atividade mineradora, deve ser conjugada com a inte-

gração das diversas variedades regionais do português faladas no Brasil, na medida em que

a economia do ouro conseguiu atrair para si a pecuária sulina através de São Paulo, e a nordestina, através do Rio São Francisco, integrando as «ilhas» de povoamento em que se convertera a colonização portuguesa (Silva 1990: 87).

A pecuária constituiu, assim, um dos mais importantes fatores da integração do território nacional e da expansão do uso da língua portuguesa pelo interior do Brasil, nas suas variedades mais marcadas pelo contato entre línguas e pelas mudanças lingüísticas que se iam operando na base da sociedade colonial brasileira, entre brancos decaídos e mestiços.

O volume de riqueza e o enorme crescimento demográfico gerados pela atividade mineradora criaram uma grande demanda por alimentos. Para atender a essa demanda, articulou-se todo um sistema de abastecimento do empreendimento minerador que se estendia desde o nordeste até a região sul do Brasil. O movimento de ocupação do Brasil através da pecuária, que se havia iniciado no século XVII, ganha, assim, um grande impulso com o ciclo do ouro. Essa ocupação do interior do país seguiu por dois grandes vetores. No nordeste, criadores da região da Bahia, Sergipe e Alagoas, penetraram os sertões através do curso do Rio São Francisco até atingir o interior de Minas Gerais:

A marcha sobre o agreste — zona intermediária entre a «mata» fértil e úmida da «caatinga», o sertão semi-árido — necessitou, em primeiro lugar, romper com a fronteira fechada, dominada por negros fugidos, aguerridos e fortificados em «quilombos», como o de Palmares, e, também, vencer a resistência dos índios, principalmente da Confederação dos Cariris. Foram guerras sangrentas, de extermínio, lideradas por «bandeirantes» paulistas e que resultaram na partilha do sertão em dezenas de imensos latifúndios (Silva 1990: 83).

Ao desbaratar quilombos e aldeias indígenas, a colonização portuguesa, à força de impor a sua dominação, ia promovendo a expansão da língua portuguesa, em detrimento do uso das línguas indígenas e das línguas francas africanas, que, se imagina, predominavam nos quilombos, como o de Palmares (Silva Neto 1951: 85). Negros recapturados e índios aprisionados eram, assim, forçados a se integrar no universo da lusofonia, na medida em que eram inseridos na economia do colonizador branco.

O outro grande vetor de ocupação do território brasileiro através da pecuária partiu de São Vicente, em São Paulo, em direção aos campos de Curitiba, no território do atual Estado do Paraná. E este não foi menos significativo do que o grande movimento de ocupação dos sertões nordestinos, pelo menos na dimensão dos seus rebanhos. Enquanto o Jesuíta Antonil, na primeira metade do século XVIII, estimava os rebanhos da Bahia e Pernambuco em um milhão e trezentas mil cabeças de gado bovino, «Simonsen, computando o gado de São Paulo e dos Campos de Curitiba, calcula-o em um milhão e meio de cabeças» (Silva 1990: 84).

Considerando-se que o grande mercado de todos esses rebanhos eram as *Minas Geraes*, pode-se imaginar as importantes consequências lingüísticas de todo esse processo de integração sócio-econômica de amplas áreas do território brasileiro. Essa interação diatópica dos diversos falares brasileiros está ligada não apenas ao comércio do gado, mas a toda uma rede de transporte de alimentos e mercadorias em geral, através das tropas de muares, que se constituem no século XVIII e vão garantir o comércio de bens nas diversas regiões do interior do país até o início do século XX. Formava-se, assim, toda uma rede de produção e comercialização de alimentos e produtos que viria a dar sustentação a todo o empreendimento minerador, em suas enormes proporções. Era preciso produzir e transportar alimentos e produtos, não apenas para as massas que se esfalfavam na extração do ouro e das pedras preciosas, mas também para a população das grandes cidades mineiras, que se formavam num ritmo até então desconhecido no antigo universo colonial brasileiro.

4. A escravidão africana e o primeiro surto de urbanização do Brasil Colônia

O povoamento do território das *Minas Geraes* não se deveu, obviamente, apenas à imigração portuguesa. Há que se ressaltar também a migração interna de senhores e colonos brancos do nordeste, que foram para o sul em busca do enriquecimento rápido. Mas certamente o mais significativo contingente do povoamento da região das minas foi o dos escravos negros, que eram trazidos de outras regiões, sobretudo dos engenhos decadentes do nordeste, apesar das tentativas de controle da administração colonial; ou eram importados diretamente da África, principalmente através do porto do Rio de Janeiro.

Segundo as Estatísticas históricas do IBGE, de 1986 (Silva, 1990: 39), a média anual de desembarque de africanos no Brasil passou de sete mil no período de 1676 a 1700 para 15.370 na primeira década do século XVIII, e atingiu a impressionante média anual de 18.510 africanos desembarcados no Brasil, na década de 1741 a 1750. Ainda segundo essas fontes, teriam desembarcado no Brasil, no período que vai de 1700 a 1780, cerca de 1.285.500 escravos africanos — números razoavelmente consistentes com os do censo apresentado anteriormente para o ano de 1798, se levar em consideração a alta mortandade e a baixa natalidade da população escrava.

Desse modo, mais uma vez a limpidez das luzes da Metrópole será tingida pelo negror da escravidão de populações africanas. No plano lingüístico, pode-se pensar que desse maciço contato entre portugueses e africanos terão resultado profundas alterações nas variedades de português que se foram formando no seio da sociedade colonial brasileira. Não seria o caso, entretanto, de se constituir uma situação típica de criouliização; do que se tem evidência pela ausência de registro histórico de uma variedade criouliizada da língua portuguesa que tenha se formado e tenha sido largamente usada na região. Pode-se buscar uma explicação para esse fato na diferença da situação dos escravos num sistema de mineração comparada com a situação da escravaria no sistema de produção de plantação. Essa diferença foi destacada por Yeda Pessoa de Castro (1990: 108), nos seguintes termos:

Do ponto de vista da interação social, a condição de escravo da mineração, como a de escravo doméstico e urbano, não se mostrava a mesma do escravo rural. Enquanto nas plantações o trabalho da massa escrava era anônimo e coletivo, sua situação social parecia mais definida, por serem mais rígidas as relações casa-grande e senzala, na região das minas, como nos serviços urbanos e domésticos, o trabalho escravo se destacava por ser fruto de seu esforço individual, o que lhe dava mais possibilidades de comprar ou adquirir a liberdade, tornando-se ele próprio comerciante, traficante, minerador, negro de ofício, a bem dizer, estabelecido num trabalho autônomo.

Portanto, a sociedade mineira não só facultava ao escravo uma melhor condição de trabalho, como a possibilidade de ascender socialmente; o que implicava naturalmente uma integração do negro aos padrões culturais (e lingüísticos) dominantes. Essa possibilidade de ascensão (e integração) do negro na sociedade se reflete até no imaginário popular com «as lendas sobre escravos que conseguiram angariar fortunas, como a de Chico Rei, de quem se diz *negro angola*, e a de

Chica da Silva, *negra mina*» (Castro 1990: 108). Com efeito, a sociedade que se organiza em torno das minas, com sua mobilidade social decorrente da forma abrupta — ou mesmo contingencial — através da qual a riqueza é produzida (ou melhor, extraída), favorece muito menos a crioulação do que a sociedade agro-exportadora, na qual os escravos são segregados como uma massa indistinta, destinada unicamente ao trabalho forçado na lavoura, sem a menor possibilidade de integração no mundo dos grandes proprietários rurais.

Uma evidência a favor dessa visão advém do fato de os processos de crioulação mais expressivos da América terem ocorrido nas sociedades agro-exportadoras do Caribe; enquanto que, no continente, não se verificam processos significativos de crioulação, mesmo nas regiões que também importaram largos contingentes de escravos africanos para o trabalho nas minas. Por outro lado, a maior proficiência dos segmentos afro-brasileiros na sociedade mineira deve ser igualmente associada ao aumento da representatividade da figura do escravo doméstico e urbano, no contexto das cidades e da rede relações comerciais que floresceu em torno do empreendimento minerador. Contudo, não se deve deixar de se ter em mente um quadro sempre complexo e lingüisticamente plural da sociedade colonial brasileira. Um registro histórico dessa pluralidade etnolingüística é a *Obra Nova de Língua Geral de Mina* (Silveira 1945), um manuscrito datado de 1741, de autoria de Antônio da Costa Peixoto, um português que elabora uma espécie de manual de conversação para uma língua franca africana, de base lexical fon — um dialeto da língua ewe (Lopes 1945) — que seria largamente empregada pelos escravos na região de Vila Rica, a mais importante cidade das Minas Gerais, na época. O uso dessa língua franca seria relevante no contexto sociolingüístico da sociedade mineira da época, como se pode ver na advertência do autor desse pitoresco manual:

Se todos os senhores de escravos, e hinda os que os não tem, souvecem esta lingoage não sucederão tantos insultos, ruínas, estragos, roubos, mortes, e finalm.^{te} cazos atrozes, como m.^{tos} miseraveis tem exprementado: que me parece de algũa sorte se poderião evitar a alguns destes descomsertos, se ouvece maior curuzid.^e e menos preguisa, nos moradores, e abitantes [desta América e Minas] (Silveira 1945: 15).

Se, no cenário usual de conflitos naquela sociedade escravista, era importante para os indivíduos do grupo dominante ter alguma profi-

ciência nessa língua franca, pode-se inferir que ela era bastante empregada na interação verbal, pelo menos no seio da escravidão.

Mas, apesar desse quadro de pluralidade lingüística, não se deve deixar de ter em conta a importância, para a normatização do uso do português no Brasil ocorrido no século XVIII, do surto de urbanização que integrou a formação da sociedade mineira e depois se estendeu para o Rio de Janeiro, que se torna nesse período a mais importante cidade do Brasil. Os números do espantoso crescimento demográfico no período acabam por se refletir no processo de urbanização do território de Minas Gerais, «que, até a Primeira República, ainda era o Estado [...] de maior representação no parlamento em virtude de ser também o mais populoso do Brasil» (Elia 1979: 101).

Dois aspectos diferenciam o fenômeno da urbanização na sociedade das minas das experiências anteriores das cidades ligadas à economia açucareira. Em primeiro lugar, enquanto Recife, Olinda e Salvador cresceram contínua e lentamente, o surto de urbanização da sociedade mineira foi acelerado e efêmero. Em meados do século XVIII, a principal cidade da região das minas, Vila Rica de Ouro Preto, «embora não fosse a capital do país, alçava-se acima das demais cidades do Brasil» (Elia 1979: 124) e tinha uma população estimada em cem mil habitantes. Diamantina, o antigo Arraial de Tijuco, que também se formara na esteira da descoberta das jazidas de diamantes algumas décadas antes, já contava com uma população de 40 mil indivíduos (Calógeras 1957: 62). Esse rápido crescimento está associado a um outro aspecto que as diferenciava das antigas cidades coloniais: a autonomia do urbano em relação ao rural.

Talvez, à exceção de Salvador, por conta de sua condição de capital da Colônia, as antigas cidades dos séculos XVI e XVII não passavam de «um apêndice do mundo rural» (Merquior 1972: 224); podendo ser descritas como «dependências dos engenhos, burgos de família onde os senhores vinham passar as festas, reunindo-se para as cavalhadas e os banquetes» (Freyre 1936: 33). Já as cidades mineiras e posteriormente, mas ainda no século XVIII, o Rio de Janeiro, não apenas guardam uma autonomia em relação ao mundo rural, como se tornaram importantes centros onde se concentrava, se controlava e se comercializava a produção.

Essa proeminência econômico-administrativa vai ampliar por um lado os espaços institucionais e desenvolver um tecido urbano mais consistente. Por outro lado, vai promover o desenvolvimento de uma

cultura urbana ainda não conhecida no universo colonial brasileiro, como bem salientou José Guilherme Merquior (1977: 24):

O esboço da divisão do trabalho e o aparecimento de profissões liberais, de uma magistratura, de uma milícia retiram à cidade — a Vila Rica, o Rio dos vice-reis — o seu antigo aspecto de mero satélite do mundo rural. Nos colégios religiosos citadinos se educam, antes de seguir para Coimbra, clérigos e bacharéis abertos às idéias francesas, ao enciclopedismo progressista, aliado na Península ao despotismo reformador.

Esse universo urbano institucionalizado e cosmopolita cria as condições para um processo mais efetivo de normatização do uso lingüístico. Ao nivelamento decorrente da confluência de indivíduos de diversas origens (já referido anteriormente), irá se sobrepor uma norma culta; um padrão lingüístico forjado nos empregos oficiais e estéticos da língua, a regular o comportamento lingüístico dos indivíduos ligados, em algum nível, à cultura letrada da época.

Essa visão do surgimento de um padrão lingüístico brasileiro a partir dos usos estéticos da língua na sociedade mineira coaduna-se com a visão de Antônio Cândido de que o primeiro movimento literário sistêmico brasileiro teria ocorrido nas cidades mineiras na segunda metade dos Setecentos. Segundo esse autor (1997: 23-24), a literatura enquanto sistema se define a partir de três parâmetros:

[...] a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns a outros.

[...]

[Da constituição desse sistema decorre um] outro elemento decisivo: a formação de uma continuidade literária, [...] uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento.

Para Cândido (1997), antes do século XVIII ocorrem no Brasil apenas manifestações literárias, a literatura como sistema orgânico se inicia por volta de 1750, em Minas Gerais, com a *Academia dos Seletores e dos Renascidos*.

A atividade literária e intelectual articulada organicamente em entidades, escolas e as famosas academias, juntamente com a esfera administrativa, jurídica e institucional, nas cidades mineiras do século XVIII, formaram a base para uma primeira normatização efetiva da língua portuguesa no Brasil, como reconhecido por Sílvia Elia (1979:

130) nos seguintes termos: «o sentimento de uma língua culta brasileira (não importa se a mesma ou não de Portugal) afirmou-se valiosamente nos letrados mineiros». Porém, as grandes cidades mineiras teriam vida curta e logo se esvaziariam no ritmo acelerado em que se exauriam as minas de ouro e as jazidas de diamantes, pois a riqueza extraída da terra foi dissipada temerariamente, sendo carregada para a Metrópole e desta para o financiamento da industrialização da Inglaterra. Do ciclo do ouro, entretanto, conservou-se em Minas Gerais o sistema de produção de alimentos que seriam já no final do século XVIII comercializados com o Rio de Janeiro, que havia se transformado no principal centro econômico do país.

Com efeito, o centro urbano mais beneficiado com a atividade mineira foi o Rio de Janeiro, que passa a ser o maior porto importador de escravos do país. A preponderância do comércio negreiro dará as cores à cidade que surge, com bem observou Renato Mendonça (1933: 33):

No século XVIII, o Rio semelha um porto africano. O Valongo, mercado de escravos, tem um jeito de Luanda. É a maior feira de escravos de todo o Brasil, que exporta para São Paulo, Minas, Estado do Rio e Goiás.

Os lucros auferidos com o tráfico de mão-de-obra escrava vão promover, não apenas a implantação de toda uma rede de comércio ligando o Rio de Janeiro às diversas províncias do Brasil na época, como também o vertiginoso crescimento da cidade. Entre 1750 e 1800, aumentou a população do Rio de Janeiro de 25.000 a 100.000 habitantes.

Em 1763, o Rio de Janeiro torna-se a Capital da Colônia e a sua cidade mais importante. A urbanização, bem como a expansão da esfera jurídico-administrativa e da atividade cultural letrada, que se ia esmorecendo com a decadência das cidades mineiras no final do século XVIII, têm a sua continuidade no Rio de Janeiro; do que temos como exemplo a criação, em 1771, da primeira Academia Científica do Brasil. O Rio passa, então, a ser o centro de referência e de difusão da norma culta da língua portuguesa no Brasil; condição que conservará até o século XX. Do ponto de vista histórico, o Rio de Janeiro constitui uma ponte entre a primeira onda de lusofonização, ocorrida com o ciclo do ouro nas *Minas Geraes*, e a segunda onda, que se inicia com a vinda da Família Real, em 1808, e se estende ao longo do século XIX.

5. Conclusão: luzes matizadas iluminaram a Colônia

Ao longo deste texto, buscamos reunir elementos com o intuito de demonstrar que ocorreu no século XVIII, com o ciclo do ouro, a primeira grande onda de lusofonização do Brasil. Até então a colonização portuguesa havia criado apenas ilhas de povoamento, nas quais a língua portuguesa se mantinha isolada e precariamente. No nordeste, situava-se uma sociedade eminentemente rural fundada em uma economia agro-exportadora. Esse contexto de sociedade de *plantation* baseada no largo emprego da mão-de-obra escrava importada da África teria sido bastante propício à pidginização e criouliização do português. As grandes regiões do interior do país eram ocupadas por índios não aculturados falantes monolíngües de suas línguas autóctones e agrupamentos de escravos foragidos, os quilombos, onde predominariam as línguas francas africanas e/ou variedades pidginizadas e/ou crioulizadas do português. E, nas províncias periféricas da Colônia, mamelucos, falantes da língua geral (ou das línguas gerais), dedicavam-se primacialmente à captura e escravização dos índios, através de suas imensas *bandeiras*.

Com o ciclo do ouro, esse cenário será alterado drasticamente. A população do Brasil crescerá onze vezes de 1700 a 1800, sendo que o número de colonos brancos, falantes nativos do português, passará de cerca de cem mil para mais de um milhão de indivíduos. Contribuirá decisivamente para essa explosão demográfica a importação maciça de escravos africanos, em cifras nunca dantes vistas. O crescimento populacional e o volume de riqueza extraído da terra possibilitarão uma enorme expansão da faixa do território ocupada pelo empreendimento colonial, através do estabelecimento de uma extensa rede de comércio e transporte de bens e alimentos que integrou as diversas ilhas de povoamento da Colônia. A esse avanço dos novos colonizadores corresponde uma expansão do uso da língua portuguesa no território brasileiro, pois tal avanço se deu, por um lado, com o desbaratamento das tribos indígenas e dos quilombos no nordeste brasileiro; e, por outro lado, em detrimento dos antigos colonos paulistas, falantes da língua geral.

No plano lingüístico e cultural, destaca-se nesse desenvolvimento sócio-econômico do Brasil o seu primeiro surto de urbanização ocorrido no interior, na região das *Minas Geraes*. A formação de uma cultura urbana letrada, autônoma em relação ao campo, criará as condi-

ções necessárias para a formação e difusão de um padrão regulador do comportamento lingüístico dos indivíduos. Esse primeiro (e ainda pouco representativo) movimento de urbanização da sociedade brasileira estará fortemente impregnado dos ideais do Iluminismo progressista, cuja manifestação mais dramática ocorrerá com a *Inconfidência Mineira*, violentamente reprimida pela Corte Portuguesa, em 1789.

Se as luzes do século chegaram, portanto, à Colônia, não chegaram aqui translúcidas, mas matizadas pelo negror da escravidão africana, que seqüestrou para o Brasil mais de um milhão de falantes das línguas banto e kwa. O reflexo lingüístico dessas luzes não é, então, o reflexo límpido de uma norma culta portuguesa inserida nos padrões institucionalizados da cultura, mas reflexo maculado das variedades profundamente alteradas da língua portuguesa falada pelos filhos da mestiçagem e pelos escravos africanos e seus descendentes, que se esfalfavam na busca do ouro e dos preciosos diamantes. Estes continuavam a assimilar precariamente o português nas mais aviltantes situações de incivilidade e, em muitos casos, conservavam as suas línguas nativas para a comunicação entre si.

Desse modo, se é possível situar este avanço da língua portuguesa no Brasil, no século XVIII, não se deve negligenciar a permanência das situações de contato maciço entre línguas no país, protagonizadas a partir de então por falantes nativos do português, de um lado, e afro-falantes e seus descendentes, de outro. Tais situações terão, certamente, importantes conseqüências para a formação histórica das diversas variedades lingüísticas do português faladas atualmente no Brasil.

Bibliografia

- Antonil, André João (1955): *Cultura e Opulência do Brasil*, Salvador: Progresso Editora.
- Azevedo, Thales (1975): *Democracia Racial*, Petrópolis: Vozes.
- Calógeras, J. Pandiá. ([1927] ⁵1957): *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Editora Nacional.
- Cândido, Antônio ([1975] ⁸1997): *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- Carreira, Antônio (1981): «Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal», em: *O tráfico de escravos negros: séculos XV-XIX*, Lisboa: Edições 70, pp. 317-334.

- Castro, Yeda Pessoa de (1990): «Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos», em: Mello, Linalda Arruda (ed.): *Sociedade, Cultura & Língua*, João Pessoa: Shorin.
- Elia, Sílvio (1979): *A unidade lingüística do Brasil*, Rio de Janeiro: Padrão.
- Freyre, Gilberto (1936): *Sobrados e Mocambos*, São Paulo: Editora Nacional.
- Hasenbalg, Carlos A. (1979): *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal.
- Lopes, Edmundo Correia (1945): «Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua ewe no Brasil», em: Silveira, Luís (ed.): *Obra Nova de Língua Geral de Mina de Antônio da Costa Peixoto*, Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- Melo, Gladstone Chaves de (1946): *A Língua do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
- Mendonça, Renato (1933): *A influência africana no português do Brasil*, Rio de Janeiro: Sauer.
- Merquior, José Guilherme (1972): *Saudades do Carnaval*, Rio de Janeiro: Forense.
- Merquior, José Guilherme (1977): *De Anchieta a Euclides*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Mussa, Alberto (1991): *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, ms.
- Queiroz, Sônia (1984): *A Língua do Negro da Costa — um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*, Belo Horizonte: FALÉ-UFMG, dissertação de Mestrado, ms.
- Ribeiro, Darcy (1997): *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*, 2 ed., 10 reimp., São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, Joaquim (1967): *História do Brasil*, Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1996): «As línguas gerais sul-americanas», em: *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, pp. 6-18.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (2000): «Breve história da língua dos índios vistos por Cabral», em: *Universa* 8 (1) (Brasília), pp. 541-552,.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (no prelo): «As outras línguas da colonização do Brasil», em: Cardoso, Suzana / Mota, Jacyra / Mattos e Silva, Rosa Virgínia (eds.): *500 anos de história lingüística do Brasil*, Salvador: EdUFBA.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da (⁹1990): «O Brasil Colônia», em: Linhares, Maria Yedda (ed.): *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Campus, pp. 33-94.
- Silva Neto, Serafim da ([1951] ²1963): *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: INL.
- Silva Neto, Serafim da ([1957] ⁵1988): *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Presença.
- Silveira, Luís (ed.) (1945): *Obra Nova de Língua Geral de Mina de Antônio da Costa Peixoto*, Lisboa: Agência Geral das Colônias.

- Vogt, Carlos / Fry, Peter (1982): «A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil», em: *Religião e Sociedade*, 8: 45-52.
- Vogt, Carlos / Fry, Peter (1983): «Ditos e feitos da *falange* africana do Cafundó e da *calunga* de Patrocínio (ou de como fazer falando)», em: *Revista de Antropologia*, 26: 65-92.
- Vogt, Carlos / Fry, Peter (1985): «Rios de cristal: contos e desencontros de línguas africanas no Brasil», em: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 8: 109-128.